

Universidade do Estado da Bahia
Luis Raimundo de Souza Filho

Processos ditatoriais do Brasil no século XX: a escola como
elemento alienador

Conceição do Coité
Fevereiro/ 2010

Luis Raimundo de Souza Filho

Processos ditatoriais do Brasil no século XX: a escola como elemento alienador

Trabalho apresentado ao componente curricular Pesquisa Histórica IV como elemento avaliativo para avaliação final de conclusão de curso.

Prof^a. Orientadora Sheila de Oliveira Ferreira formada em Pedagogia pela Faced/UFBA e Especialista em Gestão educacional e em Planejamento e Didática.

Luis Raimundo de Souza Filho

Processos ditatoriais do Brasil no século XX: a escola como elemento alienador

Nome do presidente da banca

Universidade do Estado da Bahia

Nome do examinador

Universidade do Estado da Bahia

Nome do examinador

Universidade do Estado da Bahia

Conceição do Coité

03 de fevereiro de 2009

Dedicatória

A todos aqueles que apoiaram o completo desenvolvimento do trabalho realizado, fossem com estímulos durante as aulas ou nas conversas de corredor.

Agradecimentos

Agradeço aos familiares por terem me dado incentivos durante toda a caminhada do curso, aos colegas pelos incentivos dentro e fora da instituição e a orientadora por todas as horas e conselhos gastos comigo.

Epígrafe

“Aqueles que esquecem o passado estão
condenados a repeti-lo.”

George Santayana

Resumo

O trabalho aqui apresentado tem como elemento fomentador as dúvidas sobre o campo educacional desse país. Buscando dessa forma esclarecer alguns dos mais importantes pontos responsáveis pelo caos atual no qual se encontra essa área. O levantamento das características sobre os modelos educacionais adotados em cada um dos regimes não democráticos pelos quais o Brasil atravessou no século XX é de fundamental importância para revelar o quadro de abandono que a educação passou devido aos interesses governamentais em diferentes épocas de nossa breve história. O pensamento ao qual chegamos resulta da completa análise dos dados possíveis levantados e aos sentimentos de desesperança de alterações fundamentais nos próximos tempos.

Abstract

The Work presented here as a developer has doubts on education in that country. Seeking thus clarify some important points responsible for the current chaos in which we find this area. The survey of the characteristics of the educational models adopted in each of the undemocratic regimes in which Brazil went through the twentieth century is of vital importance for revealing the drop box that education was due to the governmental interests at different times in our brief history. The thought to which we track results from the analysis of data collected and possible feelings of hopelessness fundamental changes in the near future.

Sumário

Folha de rosto.....
Folha de aprovação.....	2
Dedicatória.....	3
Agradecimentos.....	4
Epígrafe.....	5
Resumo.....	6
Abstract.....	7
Sumário.....	8
Introdução.....	9
Capítulo 1 - Dúvidas freqüentes, fundamentos necessários.....	12
Capítulo 2 – Ideologia e nacionalismo: duas faces da mesma moeda.....	18
Capítulo 3 – Da Escola Nova ao tecnicismo: referenciais da educação brasileira.....	32
Considerações finais.....	48
Referências.....	50

Introdução

Um complexo projeto de colonial se estabelecia na América em meados dos anos 1500, esse mesmo projeto colonial culminaria mais tarde em uma complexa nação. A mesma que passou a ser conhecida como Brasil teve dentro das construções de suas bases várias especificidades que lhe proporcionaram uma intrincada forma de desenvolvimento. Um dos elementos que mais diferencia essa nação das demais está no campo da política, único país do continente latino-americano com um passado imperial, excluindo o Estado imperial fantoche construído no México por Napoleão III. Este mesmo país teve nesse complexo desenvolvimento fluxos e refluxos após a opção da passagem para o modelo republicano.

A República desse país trouxe uma forma não nova de exploração dos mais pobres pelos mais ricos e em seus diversificados movimentos as elites se digladiaram tendo dois pontos como desejo principal o primeiro era não perder seu poder e o segundo era ter a certeza de que os mais pobres não alcançassem qualquer parcela do mesmo. Dentro dessa complicada rede política os diversos campos que compõem a sociedade acabaram se desenvolvendo de forma inadequada, para esse trabalho o elemento que merece destaque é a educação.

No processo de estudos acerca dos vários e confusos momentos educacionais pelos quais nossa jovem nação tem passado desde os seus primeiros momentos formaram-se muitas dúvidas que apenas com muita paciência e muito empenho se pode realizar o árduo trabalho de clareá-las. A construção do trabalho aqui realizado está centrada na compreensão de dois desses específicos momentos dessa história nacional.

A indagação sobre o curioso fato de uma jovem nação ter passado em não mais de seis décadas dentro do mesmo século por dois processos ditatoriais pode ser elevada como uma

das mais importante característica de diferenciação dessa mesma para com as demais, servindo dessa forma também ao levantamento dos questionamentos acerca dessa marca.

O objetivo desse trabalho então tem como ponto central a compreensão possível de cada um desses dois movimentos dentro da estrutura educacional do país, tentando dessa forma levantar os seus elementos mais marcantes, de diferenças ou semelhanças, decorrentes das especificidades de adoção pela via não democrática em cada momento e o seu conseqüente desenvolvimento sobre a educação nacional.

Ainda dentro da construção do mesmo trabalho devem ser destacados alguns objetivos menores e mais específicos que serão apontados e mais bem detalhados dentro das partes que compõem o mesmo.

Em primeiro lugar o levantamento de alguns dos significados de termos que são fundamentais para a compreensão do que pode ser interpretado como um governo ditatorial propiciou a composição de uma das partes desse trabalho, facilitando dessa forma aos leitores o entendimento das especificidades desse campo de estudo que se fortalece cada vez mais nos dias atuais.

No segundo momento procurou-se elencar as diferenças estruturais mais marcantes dentro dos dois governos ditatoriais em se tratando da educação, das quais decorrem as posições diversificadas no tocante principalmente a ideologia existente nas entranhas dos dois governos de exceção de nosso país.

Merecendo um último, mas não menos importante, destaque nesses objetivos está a abordagem sobre os pontos que existiram em comum entre os dois movimentos ditatoriais brasileiros, nessa parte a aplicação do trabalho tem seu foco na tentativa de aproximação dos dois governos buscando a apresentação de suas estratégias em comum e os resultados de seus ataques à educação.

O trabalho aqui exposto tem sua subdivisão especificamente em três capítulos tendo cada qual o seu objetivo resultante do pensamento central defendido na construção do produto final. Tendo como foco os dois movimentos ditatoriais do país no século XX os períodos centrais são decorrentes das atuações entre os anos de 37 e 45, no caso do Estado Novo de Vargas, e os anos de 64 e 88, no período do Estado montado pelos militares e tecnocratas.

A possibilidade da existência dos erros ou falhas no produto final deste trabalho deve ser interpretada por seus leitores e/ou futuros analistas como uma via dentro da qual os mesmos podem estabelecer maiores e mais aprofundados estudos. A produção aqui realizada foi decorrente das viabilidades e opções de estudo que se tornaram mais relevantes na construção do projeto final, as futuras contribuições devido às análises mais aprofundadas ou com maiores viabilidades devem ser acrescentadas aos maiores estudos dentro desse campo muito importante para a compreensão da construção de nossa sociedade atual.

Capítulo 1 – Dúvidas frequentes, fundamentos necessários.

Sempre que se estuda atentamente a História do Brasil republicano uma dúvida surge sem demora: Como pode um regime instaurado apenas em 1889 passar no século XX por dois governos ditatoriais, com menos de duas décadas de intervalo entre ambos os movimentos?

Qualquer brasileiro mais atento deve se fazer a mesma pergunta, entretanto poucas vezes esses dois processos são apresentados como causa e consequência um do outro. Nesse sentido vale à pena ressaltar três conceitos envolvidos diretamente nessa subsequente onda repressora aqui instaurada. O primeiro é o termo *democracia*, o tipo de governo derrotado duas vezes no mesmo país, algo não tão simples de se repetir.

De acordo com o dicionário da língua portuguesa Aurélio, Democracia é “*um regime político que se funda nos princípios da soberania popular e da distribuição eqüitativa do poder.*” A partir dessa definição podemos nos questionar sobre a tal democracia instaurada no país, excludente, racista, classista entre outras coisas, porém essa não é a questão aqui debatida.

Retornemos às dúvidas sobre os governos ditatoriais, surge à seguinte que é: Qual sociedade pode sofrer dois ataques consecutivos ao seu regime republicano democrático, ambos provindos das camadas superiores da sociedade? Essa dúvida é persistente, pois como é de comum interpretação e de simples dedução a instituição do regime republicano brasileiro foi um movimento promovido pelas elites, sem que a maior parcela da população tivesse nenhuma participação no mesmo. Assim, como defende o autor José Murilo de Carvalho¹ apresentando em seu trabalho, *A formação das almas* que o processo de estabelecimento da República brasileira foi uma ação da elite e que as camadas populares só entraram no plano

¹ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

quando da execução do projeto de cooptação das massas através da composição do imaginário nacional. A partir dessa exposição acima vale também apontar que não é defendido nesse trabalho que os períodos respectivamente anteriores aos estabelecimentos dos dois movimentos antidemocráticos estudados nesse trabalho eram completamente democráticos, pelo contrário a sabe-se que o período de nossa República conhecida como República Velha e o período de transição entre o Estado Novo de Vargas e o Regime Militar de 1964 tinham em suas estruturas uma grande exclusão da maior parcela da sociedade em se tratando do jogo político, o pensamento acima exposto perpassa pela interpretação dos próprios períodos como democráticos.

As próprias elites deixaram, dessa forma, suas disputas internas e como esse novo governo foi resultado da sobreposição de uma parcela desse grupo sobre os outros, elites e restante da população. Ai surge o segundo conceito mais importante relevante nessa busca por respostas. O dicionário Aurélio, novamente utilizado nos indica que *ditadura* é um governo de emergência em que os poderes do Estado se concentram nas mãos de um só homem.

Essa definição se encaixa perfeitamente no primeiro governo de exceção aqui instituído, o Estado Novo de Vargas tem por característica a concentração em torno da figura do mesmo de todos os poderes e modelos a serem seguidos na sociedade. Esse pensamento fica bem expresso pela introdução da Constituição promulgada no ano de 1937 que passou a vigorar em nosso país a partir da decretação do novo governo, como podemos perceber na passagem da mesma:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL,

ATENDENDO às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente agravamento dos dissídios partidários, que, uma, notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação, de conflitos

ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil;

ATENDENDO ao estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter radical e permanente;

ATENDENDO a que, sob as instituições anteriores, não dispunha, o Estado de meios normais de preservação e de defesa da paz, da segurança e do bem-estar do povo;

Sem o apoio das forças armadas e cedendo às inspirações da opinião nacional, umas e outras justificadamente apreensivas diante dos perigos que ameaçam a nossa unidade e da rapidez com que se vem processando a decomposição das nossas instituições civis e políticas;

Resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade, decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo o País.

A passagem de abertura da nova Constituição esboçava a defesa de Vargas e seus partidários ao que interpretavam como correto e necessário à nação brasileira naquele momento. Essa atuação é clara no sentido da centralização do poder nas mãos de Getúlio o que faz esse primeiro movimento se encaixar sem deformidades no modelo apresentado pelo dicionário, anteriormente já citado.

Entretanto ai surge outro questionamento: Como pode ser o Regime Militar de 1964 defendido também como ditadura? Isso porque como é de sabedoria de todos não houve apenas uma figura que neste novo movimento tomou para si o controle do Estado brasileiro. Isso porque Castelo Branco, Médici, Costa e Silva, Geisel e Figueiredo revesaram - se no poder desde o fatídico 31 de março de 1964, deixando ainda de fora os homens que compuseram o governo da junta militar. Mas ai as deduções partem para outra via, quando o dicionário define apenas um homem nós interpretamos apenas como aquele que exerce o papel de comando executivo no dado momento.

Podemos então concluir que os dois movimentos ditatoriais do século XX brasileiro foram de vias quase que completamente distintas. Quase porque eles possuem uma característica principal em comum que nunca pode ser esquecida, a tomada das vias democráticas de seus traços comuns. Com essa dedução de movimentos de cunho diferenciados podemos ir mais longe ainda, no tocante ao trato dado pelos dois governos aos mais diversificados elementos que compunham nossa sociedade.

Como o centro de nossos estudos está voltado à educação vale novamente utilizar o dicionário Aurélio para apresentar o significado desse termo, que se qualifica como o terceiro mais importante nessa apresentação. Para o mesmo *educação* é uma ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações jovens para adaptá-las à vida social ou ainda um trabalho sistematizado, seletivo e orientador, pelo qual nos ajustamos à vida, de acordo com as necessidades, ideais e propósitos dominantes.

Com essa definição podemos nos fazer outra indagação: Qual foi a forma de tratamento ao campo educacional na sociedade organizada no Brasil nos dois movimentos ditatoriais? Como já afirmado esse campo foi visto de forma diferente pelos dois momentos. Na ditadura de Getúlio Vargas a educação foi o desenvolvimento do projeto iniciado no ano de 1930 quando da hoje questionada “Revolução de 30” que pôs fim a conhecida República velha. Nesse momento a educação que desde o princípio de nossa sociedade não era tão desenvolvida, até mesmo em comparação com os próprios vizinhos sulamericanos, acompanharia a nova sociedade que seria construída a partir da Revolução, houve então em torno deste elemento um grande número de discussões, como apresenta a autora Solange Aparecida Zotti² em seu trabalho *Sociedade, educação e currículo no Brasil*.

² ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980**. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília, DF: Editora Plano, 2004.

A partir do Estado Novo iniciado no ano de 1937 os projetos desenvolvimentistas seriam abandonados quase que por completo e a nova guia da educação nacional seria a cooptação das massas em apoio ao regime de Vargas, como apontam os autores Ítalo Batista da Silva e Ed Francklin da Silva³, que indicam a educação do Estado Novo ser vista como instrumento de manipulação e abstração dos grupos populares especialmente pelo próprio ditador:

O Plano de Educação era entendido pelos educadores alinhados com o movimento renovador como um instrumento de introdução do racionalismo científico na política educacional, enquanto que para Getúlio Vargas, significava converter um instrumento destinado a revestir de racionalidade o controle político-pedagógico exercido através da política educacional. O sistema educacional tinha a finalidade de manipular as forças subalternas, pois a classe trabalhadora passava a ter acesso à escola, mas o tipo de oferta não possibilitava a mobilidade social. (SILVA & SILVA, 2006, p. 23)

No desenvolvimento do processo educacional do país a partir do Estado Novo, passamos pela reestruturação de todo o campo educativo nacional. É fato inegável isso como anteriormente apontado, mas apesar desta reordenação, essa educação ainda tinha como centro um modelo excludente e pouco desenvolvimentista em relação à maior parte da população. Entretanto devemos estar atentos para a nova curva dessa via da evolução educacional brasileira.

A instauração do Regime Militar de 1964 só fez instituir uma mais definida base de exclusão das massas do campo educacional brasileiro, como aponta a autora Maria Luisa Santo Ribeiro⁴ em seu trabalho, quando ela expressa que a substituição do modelo econômico

³ SILVA, Ítalo Batista da & SILVA, Ed Francklin da. **Aspectos históricos dos planos nacionais de educação do Brasil: da década de 30 à de 80**. Holos, Ano 22, maio 2006.

⁴ RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 16ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

nacional, de um nacional desenvolvimentismo para um desenvolvimento associado, se fez refletir em toda a sociedade, não diferenciando a educação. Esse Regime militar veio para barrar todos os desenvolvimentos de projetos mais populares de educação que surgiam no período e permitiu a perpetuação do modelo no qual as elites se posicionavam cada vez mais com o poder em suas mãos.

A partir das indagações muito comumente formuladas nas mentes de quaisquer homens ou mulheres que tomam a educação como cerne de seus estudos e dos conceitos fundamentais anteriormente expostos, sem os quais não se podem submeter os elementos aqui estudados a completa compreensão e sobre os quais se fundamentaram os esclarecimentos relativos às mesmas dúvidas, ou pelo menos as tentativas, fica claro o propósito de opção na construção de um trabalho desmistificador como este que foi a partir desse momento iniciado.

Capítulo 2 – Ideologia e Nacionalismo: duas faces da mesma moeda.

Como um poeta bem disse a ideologia é necessária para viver, no tocante aos conceitos trabalhados no primeiro capítulo mais um poderia ser incluído, a ideologia, que se faz presente pelos elementos educacionais em nossa sociedade. Entretanto a importância da mesma é tamanha que um capítulo se faz necessário somente para sua apresentação.

Essa separação da ideologia se deve ao simples fato de poder, juntamente com o nacionalismo, que será debatido mais adiante no capítulo, ser interpretada como uma das características que diferenciam os dois movimentos ditatoriais dos quais o nosso país passou. Somente para atentar um dos objetivos desse trabalho a concepção de ideologia e nacionalismo entre os governos de Vargas e o regime iniciado em 64 é reforçada sobre diversos autores como divisores de águas das duas ditaduras.

Aceitando essa idéia e tendo sempre em mente que os dois processos ditatoriais que aqui se impuseram em pleno século XX, tinham como centro de seus posicionamentos um Regime de exceção, entretanto cada um com seu aparato ideológico exclusivo. Sendo assim as abordagens dadas pelos dois processos quanto aos pontos destacados nesse capítulo ilustram bem essas especificidades.

Vejamos em separado as duas faces dessa moeda diferenciadora na qual nos apegamos nesse capítulo, falemos em primeiro momento da ideologia, e suas diferentes abordagens pelos dois governos, e no segundo momento nos atentemos ao elemento nacionalista.

As formas como as escolas podem inculcar os valores na sociedade a qual serve é tema debatido já há muito tempo e é inegável sua influência quando se trata da construção da identidade comum entre os elementos de uma mesma sociedade. No tocante ao estudo sobre os dois movimentos ditatoriais do Brasil fica latente que existem diferenças fundamentais entre a atuação do Estado personalista criado por Vargas em 1937 e aquele Estado tecnocrático exposto pelos militares à sociedade brasileira em 1964. Essa diferença é um dos pesos da balança de distinção entre ambos os governos de exceção.

Sensivelmente a transformação da sociedade através da educação foi muito mais utilizada por Getúlio Vargas no estabelecimento do Estado Novo. Essa característica pode ser atribuída ao maior esforço de construção dos novos modelos nacionais e de um novo ideal nacional do qual necessitava o novo governo para se fortalecer diante da população. Esse elemento fica logo expresso nos artigos 15 e 16 do primeiro tópico “*Da Organização Nacional*” respectivamente incisos IX e XXIV onde as primeiras menções são feitas ao campo educacional:

Art. 15 - Compete privativamente à União:

IX - fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer à formação física, intelectual e moral da infância e da juventude;

Art. 16 - Compete privativamente à União o poder de legislar sobre as seguintes matérias:

XXIV - diretrizes de educação nacional;

Essa maior atuação do Estado Novo como defendida anteriormente pode ser indicada pelo fato da “Revolução de 1930” ter naquele momento diante de si o desafio de construir, ou desconstruir, o modelo social e impor o seu novo modelo almejado combatendo o que anteriormente se fazia presente. Sem debates sobre a real ou não transformação da sociedade brasileira através da “Revolução” é necessário que se apresente como Skidmore⁵ afirma em seu livro que a assim chamada revolução foi mais uma disputa das elites nacionais pelo poder do que uma real transformação dos modelos sociais brasileiros.

Entretanto, como o mesmo Skidmore atesta na mesma obra a “Revolução de 1930” não deve ser totalmente desprezada com se nada tivesse sido alterado. Ele aponta que o movimento que levou Getúlio Vargas ao poder não foi totalmente semelhante como os anteriores embates nas entranhas da elite nacional pelo governo do país, alguns pontos foram realmente revistos, apenas manteve-se a base construída em nossa sociedade desde os anteriores anos de República Velha. Esta que também figurava na perpetuação de elementos já tradicionais no Brasil como a exclusão da maior parte da população em proveito de apenas uma pequena parcela da nação. Essa República que se iniciara de uma reordenação das elites nacionais com a defesa de um discurso reformador nacional, como apresenta a autora Maria Teresa Chaves de Mello⁶ em seu trabalho para a Fundação Getúlio Vargas:

A opção republicana se inscreveu na busca de soluções para essa equação nova. Essas alterações profundas na sociedade e na economia questionaram a legitimidade do sistema representativo, da configuração do poder e de sua organização administrativa, pressionando por reformas. Reforma era a palavra-

⁵ SKIDMORE, Thomas Eduard. **Brasil: de Getúlio Vargas à Castelo Branco, 1930-1964**. Trad. Ismênia Tunes Dantas. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁶ MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida: cultura democrática e científica do final do império**. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (EduR), 2007.

chave, norteadora do debate, das desavenças e das buscas de caminho no período de desintegração progressiva do regime monárquico. (MELLO, 2007, p. 159)

Apresenta-se nesse caso a necessidade de se apresentar o fato de que a assim chamada República Velha não possuía nada de novo, pelo contrário ela também era uma perpetuação de elementos já comuns no Brasil desde os tempos imperiais e indo mais longe desde o período colonial. Quem bem apresenta esse panorama social brasileira é Caio Prado Júnior⁷ que apesar de estudos no campo econômico traz elementos que explicam bem a sociedade construída no Brasil. Ele expõe que apenas ao ver os rumos tomados pelo império brasileiro que lhes desagradava as elites tomaram para si às rédeas da nação expurgando os que eram considerados entraves ao seu desenvolvimento.

Reforçando essa idéia de perpetuação de um modelo social excludente e elitista o autor Moniz Bandeira⁸ ainda se aprofunda mais apresentando que a adoção do regime republicano no Brasil veio apenas para alterar um panorama de uma nação que se manteve intacta e pacífica após sua separação colonial, e de acordo com o mesmo a adoção do modelo republicano significou um retrocesso da nação, pois alterou o modelo republicano de um poder mais maleável, para uma forma de governo onde o presidente possui demasiada força.

Com um panteão de características que faziam quaisquer cidadãos mais desatentos se remeterem aos tempos passados os revolucionários de 1930 tinham diante de si uma tarefa mais árdua de combate aos modelos anteriormente estabelecidos, claro que não na inversão classista, combatendo as lembranças que pudessem levar aos antigos governantes e minar suas

⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil: colônia e império**. 21ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

⁸ BANDEIRA, L. A. Moniz. **O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional**. Caio Navarro de Toledo (org.). **1964: Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

bases ainda em construção. A ideologia do Estado Novo brasileiro que foi criado em 1937 tinha que ser muito mais reforçada do que a daquele que se remanejava na segunda metade do século XX, nesse mesmo caminho também apresenta em seu trabalho a autora Maria Helena Rolim Capelato⁹ quando afirma “*A imposição de novas formas de identidade constitui um dos elementos-chave na construção dos imaginários políticos*” (CAPELATO, 1998).

Compreende-se então que havia uma necessidade por parte de Getúlio Vargas e seus partidários em remanejar todo o imaginário da sociedade brasileira em torno de uma nova forma de organização social que se impunha no mundo ocidental. Em torno dessa perspectiva é novamente útil o trabalho de Skidmore que aponta a construção do Estado totalitário, da década de 30, como resultado de dois elementos mais centrais, o primeiro foi à atuação personalista de Vargas que cooptou em torno de si diferentes forças que possibilitaram a tomada do poder e sua perpetuação no mesmo e o segundo foi à trilha aberta no período onde o mundo político ocidental se inclinou para o autoritarismo de extrema direita. No tocante ao segundo elemento é de fácil lembrança que desse período vem o estabelecimento dos estados nazi-fascistas europeus, com os quais Vargas se identificava.

Essa reordenação das entranhas nacionais então necessitava de um maior planejamento e de um maior reforço dos pensamentos interessantes ao novo governo. Era a trilha do autoritarismo fascista citada por Skidmore que também se apresentava no Brasil. A educação então faz parte do conjunto dos mais variados elementos que permitiram ao governo totalitário de 37 atrair o povo para sua esfera. A atuação do governo Vargas se iniciou desde os primeiros momentos onde a educação passou a ser encarada como elemento desenvolvedor da população nacional, expositor de uma cultura comum e reforçador dos laços que deveriam guiar a Nação brasileira, sendo o seu maior exemplo os materiais didáticos que foram

⁹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

produzidos e manipulados para essa função. Esse elemento já não foi muito característico dos governos militares da década de 60 como nos aponta de forma bem clara e objetiva a autora Maria Helena Rolim Capelato¹⁰ no trecho:

Procurei mostrar que a referência ao totalitarismo não contribuiu para a melhor da natureza dos regimes varguista e peronista. No plano conceitual, identifiquei-me com as interpretações que indicam o caráter autoritário dessas experiências; elas apresentam como particularidade a política de massas voltada para a mobilização social e nesse aspecto se diferenciam dos regimes autoritários vigentes na América Latina a partir da década de 1960, mais preocupadas com a desmobilização política e social. (CAPELATO, 1998, p. 32)

Como bem explanou Capelato a ditadura brasileira iniciada em 1964 não foi tão profundamente transformadora do pensamento que anteriormente figurava como a ditadura de Getúlio Vargas, essa última que atuou de forma mais forte no intuito de criar mecanismo de identificação nacional e a educação foi muito útil nesse projeto. Essa educação do Estado Novo bem explicitava a estratificação classista brasileira e indicava que apenas uma parcela da sociedade é que deveria ser educada, ou seja, preparada para no futuro comandar o país, como bem apresenta Solange Aparecida Zotti em seu livro *Sociedade, educação e currículo no Brasil*¹¹.

A comparação entre os modelos educacionais de 37 e 64 deixam bem claro que o segundo não adentrou tanto quanto o primeiro no campo da manipulação ideológica, o

¹⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1998. Pg. 32

¹¹ ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980**. Campinas, SP. Autores Associados; Brasília, DF: Editora Plano, 2004. Pg. 108.

Regime Militar instaurado em 1964 se propôs a construir um modelo educacional de cunho mais técnico, onde a ênfase educacional era dada na formação de um profissional voltado para o mercado de trabalho que era construído a partir do capitalismo monopolista e de indivíduos extremamente competitivos, assim como defende Maria Luisa Santos Ribeiro¹² em seu trabalho. Ela ainda se aprofunda na obra apresentando que os governos militares pós 64 se apresentaram de forma que totalmente remanejaram a educação para o campo do não posicionamento em qualquer sentido por parte dos cidadãos e sim da execução de projetos estabelecidos pró-governo e sem debates.

Um exemplo de atitude “reformadora” dos militares foi o encerramento das atividades educadoras que anteriormente se desenvolviam através da ação de grupos politizados e que tinham o intuito de proporcionar o desenvolvimento da atividade educativa e seus desdobramentos às pessoas antes relegadas ao esquecimento, como o MCP (Movimento de Cultura Popular), o MEB (Movimento de Educação de Base), o CPC (Centro de Cultura Popular) e a Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende A Ler¹³.

O Regime Militar de 1964 então optou por seguir a via dos expurgos programados ou premeditados contra aqueles que poderiam, em um período posterior, trazer um problema quanto aos questionamentos sobre as liberdades. Os militares só não previram que mesmo afastados à força atuariam nesse mesmo caminho. Os expurgos ficaram pela conta do Regime de exceção do qual dependeram como aponta o autor Thomas Ransom Giles¹⁴ *“A vigência dessas reformas dependia da existência de um regime forte e centralizado, pois só assim se*

¹² RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 16ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. Pg. 195.

¹³ Para maiores informações ler o livro **O Golpe na Educação** de autoria conjunta de Luiz Antônio Cunha e Moacyr de Góes. Os autores dão toda uma apresentação e interpretação da atuação do golpe militar de 1964 contra esses movimentos vistos como adversários a serem batidos desde as primeiras horas do Regime.

¹⁴ GILES, Thomas Ransom. **História da educação**. São Paulo: EPU, 1987.

podia remover ou mesmo cassar de vez uma série de modelos de ordem administrativa e remover vários obstáculos de ordem política” (GILES, 1987).

Os mesmos expurgos que como aponta o autor Luiz Roberto Lopez¹⁵ tinham a real intenção de afastar as classes populares que se movimentavam no período pré-Golpe em direção às rédeas nacionais e com essa parcela os políticos que lhes inflamava e/ou incitava a movimentação, mas como já dito e agora reforçado essa ação ficou fácil com as direções e os “Atos” tomados pelo governo.

Pode-se a partir das informações apresentadas concluir que pelo motivo de integrarem momentos mundiais e históricos nacionais completamente diferentes a educação dos estados ditatoriais brasileiros foram resultado de elementos intelectuais também diferentes e por esse motivo se apoiaram de forma quase que totalmente opostas na construção do aparelho ideológico nacional. Enquanto o Estado Novo, através de seus dirigentes, via essa atitude como extremamente necessária simplesmente desejando formar nos cidadãos brasileiros a partir daquele período uma identificação com o novo governo que se instituía, o segundo governo ditatorial não possuía tal intenção, muito pelo contrário quando de sua instauração os golpistas apenas se posicionaram para barrar qualquer tentativa de maiores pensamentos e posições bem definidas na sociedade brasileira.

Já que o projeto idealizador dos governos ditatoriais do Brasil eram diferentes, juntamente com isso vários outros elementos eram utilizados também de forma diferenciada pelas duas estruturas. Como anteriormente apresentada nessa via destaca-se também o nacionalismo que a partir da apresentação de diversos autores deixa explícito que o governo do Estado Novo se posicionou novamente de forma mais pró-Nação do que os militares da

¹⁵ LOPEZ, Luiz Roberto. **Uma História do Brasil: República**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

década de 60, muito pelo contrário o elemento educação foi totalmente entregue por estes a mãos estrangeiras.

A ideologia como bem exposta por Dermeval Saviani¹⁶, citando Althusser, é utilizada pelos Estados, na sua formação os pensamentos que estão de acordo com os desejos dos grupos dominantes são transmitidos pelas escolas e dessa forma se estabelece através desse Aparelho Ideológico do Estado às bases que se deseja para a nação ali constituída.

Conjuntamente com isso deve ser lembrado que os dois movimentos de ditadura no Brasil tinham elementos ideológicos no tocante à política internacional que lhes proporcionou atitudes diferenciadas quanto ao elemento exterior no desenrolar de seus programas educacionais.

O movimento que Vargas se posicionou a frente teve como elemento importante o fato de sua relação direta com uma conjuntura internacional que lhe forçava ou propiciava uma maior atenção quanto aos problemas internos do país. O mundo a menos de uma década havia saído da crise financeira que golpeou o sistema até hoje predominante, o capitalismo, e concorrendo com isso via-se surgir o movimento fascista na Europa. Em 37 Vargas pode se confrontar com um governo onde a disputa entre capitalismo, como este normalmente seria reconhecido liberal e “democrático”, e o fascismo cada vez mais se acirrava, e desse período, como é de conhecimento quase geral, levou o ditador à chamada política pendular entre a Alemanha e os Estados Unidos. Uma rápida explicação cabe nesse momento para deixar claro que não é defendida no trabalho que os sistemas capitalismo e fascismo são totalmente opostos, uma importante ressalva é necessária expondo que este pensamento não faz oposição ao capitalismo, na realidade o mesmo diverge do sistema capitalista em alguns pontos, mas essas diferenças não devem ser interpretadas como um pensamento total de oposição entre os

¹⁶ SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 35 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

sistemas, um ponto de apoio muito importante foi o apoio de ambos no combate ao socialismo.¹⁷

A até então “independência” política de Vargas se torna alvo dos dois lados poderosos, mas sem maiores influências de nenhuma das duas potências. Utilizando esse campo de manobra e transferindo-o à área educacional ele se mostrava disposto a executar um plano de ação desenvolvedor até o quadro então apresentado em nosso país. Defendendo o acesso de todos os jovens da nação à educação, como fica presente na passagem do Artigo 129 da Constituição do estado Novo:

Art. 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado as classes menos favorecidas é em matéria de educação dever do estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhe serem concedidos pelo poder público.

Como anteriormente apresentado o pensamento da autora Solange Zotti, Vargas defendia educação para todos, mas apenas uma parcela privilegiada é que deveria receber um modelo educacional que lhes proporcionasse no futuro comandar o país, entretanto ainda assim fica claro pela citação do artigo o projeto formador da educação no Brasil Estado novista. E com essa ação Getúlio ainda desejava garantir também a realização de uma educação de cunho nacionalista, onde os elementos positivos e negativos à sociedade

¹⁷ Melhores esclarecimentos em relação ao fascismo podem ser encontrados no trabalho de René Rémond: RÉMOND, René. **O século XX: de 1914 aos nossos dias**. São Paulo: Cultrix, 2007.

brasileira eram indicados na formação dos novos grupos que nelas fossem inseridos. Essa idéia também exposta pelo autor Thomas G. Ransom¹⁸, é útil para representar o caráter mais nacionalista do governo de Vargas das décadas de 30 e 40, elemento que o mesmo ainda reforça quando da promulgação da Lei Orgânica do Ensino Secundário, no ano de 1942 pelo ministro Gustavo Capanema como está presente na passagem:

...Continua o ministro afirmando que este ensino deve ser patriótico por excelência, isto é, capaz de dar ao adolescente a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão e dos ideais da Nação, como também dos perigos que acompanham, cercam ou ameaçam um ensino capaz de criar, no espírito das gerações novas, a consciência de responsabilidade diante dos valores maiores da Pátria, a sua independência, a sua ordem e seu destino. (RANSOM, 1987, p. 295)

Esse nacionalismo de Vargas e seu projeto educacional do Estado Novo possuem ainda como pontos de apoio dois fatos importantes. O elemento nacional que está presente em qualquer movimento de cunho fascista, em maior ou menor grau, mesmo que o desenvolvimento das características fascistas não chegue ao seu desenvolvimento completo esse elemento nacional se faz presente. Em segundo lugar a ação dos norte-americanos no período a partir de uma reorientação que ocorreu tentando combater a influencia alemã nas nações da América Latina que cada vez mais aumentava. A reorientação do ano de 1933, com o governo de Roosevelt, deu maior área de manobra aos movimentos nacionalistas latino-americanos. Essa reorientação que se fortaleceu ainda mais nos anos 40 com a criação do Office, agência governamental norte-americana, que teve a função de fortalecer as relações norte-americanas na região da América Latina em detrimento das ligações com a Alemanha.

¹⁸ GILES, Thomas Ransom. **História da educação**. São Paulo: EPU, 1987. p. 295.

Essa atuação foi principalmente resultado dos temores estadunidenses no tocante a região e seus projetos eram de integrar totalmente a América Latina aos projetos nacionais dos Estados Unidos, sobre isso comenta o autor Gerson Moura¹⁹:

O trabalho do Birô Interamericano no Brasil se revestia, portanto, de um aspecto político vital: era necessário ganhar os corações e as mentes dos líderes políticos e militares brasileiros, sem cuja cooperação os planos estratégicos dos Estados Unidos iriam por água abaixo. Mais ainda: era necessário assegurar não apenas o acesso às agências do Estado brasileiro, mas também ganhar os grupos sociais mais significativos do ponto de vista da formulação de políticas, assim como, na medida do possível, a massa da população politicamente significativa. (MOURA, 1993, p. 31)

O sucesso do Birô pode ser sentido com o reflexo de sua atuação décadas depois na completa interação entre os golpistas de 1964 e os norte-americanos. Essa ação é até hoje questão de discussões sobre o apoio do governo dos Estados Unidos aos golpistas, fruto de um bom tema de encerramento da obra de Skidmore, *Brasil: de Getúlio à Castelo*.

A qualificação de entreguistas dada aos golpistas de 1964 está muito bem encaixada se observada às relações que os mesmos possuíam com o governo norte-americano. Como é de relevância ao estudo aqui apresentado a aliança do governo militar com o governo dos Estados Unidos deu fruto a uma das mais obscuras relações educacionais de todos os tempos, os acordos entre o governo brasileiro e o governo americano, mais conhecidos como MEC/USAID, foram o reflexo de uma associação destrutiva para toda a sociedade brasileira.

Ransom apresenta várias problemáticas resultantes dessa associação que predominou na educação de nosso país após 1964, como por exemplo, o abandono dos estudos humanísticos, o travamento dos investimentos em contrapartida a exigência de maiores rendimentos e a supervalorização do ensino superior como definidor de uma posição social melhor na

¹⁹ MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil: a penetração da cultura americana**. 8ª ed. SP: Editora Brasiliense, 1993.

sociedade, somente para citar algumas das observações que apresentam o lado obscuro dessa investida sobre a educação de nosso país.

Caracterizou-se uma quase total submissão do nosso modelo educacional a uma batuta estrangeira sem nenhum questionamento ou oposição daquelas forças que viabilizaram o golpe militar de 1964, as forças de apoio internacional dos golpistas apontaram ações para todos os níveis da educação nacional. Apenas com as ações dos grupos de resistência é que esse quadro não se tornou pior para o nosso país, assim como apresenta o autor Moacyr de Góes²⁰ no trecho:

Os acordos MEC-USAID cobriram todo o espectro da educação nacional, isto é, o ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diversos níveis, o treinamento de professores e a produção e veiculação dos livros didáticos. A proposta da USAID não deixava brecha. Só mesmo a reação estudantil, o amadurecimento do professorado e a denuncia de políticos nacionalistas com acesso à opinião pública evitaram a total demissão brasileira no processo decisório da educação nacional. (CUNHA & GÓES, 1994, p. 33)

Essa representação do autor deixa bem clara a expropriação que aconteceu na educação do nosso país naquele período, como apresentado no capítulo anterior essa ação dos golpistas era também resultado do desejo de esvaziamento do poder da educação tanto que como também já foi citado assim que vitoriosos os militares combateram aqueles movimentos de Educação que tinham em seus projetos o desenvolvimento total do ser humano com uma educação total não só no sentido alfabetizador, mais também impulsionador.

Essa ação ainda realça os elementos contraditórios do governo instituído após o Golpe de 1964, sempre apontadas por Skidmore em suas obras, os militares apesar de definirem na constituição que apenas a União poderia ter influência sobre a educação nacional, presente no

²⁰ CUNHA, Luiz Antônio & GÓES, Moacyr de. **O Golpe na educação**. 8ª ed. RJ: Jorge Zahar Editor, 1994.

inciso quatorze, do artigo oitavo dentro do capítulo 2 da Constituição promulgada em 67, e ao mesmo tempo ele delegava aos norte-americanos essa tarefa tão importante em qualquer nação.

O ataque do governo a esses movimentos desenvolvedores (MCP, o MEB, o CPC e a Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende A Ler) pode ser entendido como produto de uma orientação pró-capitalismo que se tornou hegemônica no país. No momento o combate a essas ações era resultado direto da presença e força norte-americana no Brasil, com um disfarce de combate ao comunismo internacional que de acordo com os mesmos era produto do posicionamento do presidente João Goulart. Por esse motivo que segundo Skidmore²¹ o governo norte-americano tão rapidamente reconheceu o governo golpista e figuras poderosas na política americana no período também aplaudiram os brasileiros pela decisão tomada, como o presidente Lyndon Johnson. De encontro a esse pensamento Moniz Bandeira apresenta que diferente do que se quer apontar atualmente, os golpes militares na América Latina da década de 60 são mais resultados de um posicionamento internacional do período, podemos entender ação norte-americana contra o comunismo, do que elementos inerentes somente a cada país.

Pode ser compreendido que as diferenças apontadas no capítulo relacionadas à ideologia dos estados ditatoriais brasileiros juntamente com o nacionalismo de nosso país, e nesse caso cabe a ressalva de que este é aquele defendido pelos grupos dominantes nacionais, fica bem explícita sua maior visibilidade, para não cair no risco de expressar apenas presente, no período do Estado Novo de Vargas, do que Estado montado a partir do Regime Militar, de Castelo Branco e sucessores.

²¹ SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964 – 1985**. 8ª ed. RJ: Paz e Terra, 2004.

Capítulo 3 – Da Escola Nova ao Tecnicismo: referenciais da educação brasileira

A partir das exposições nos capítulos precedentes fica clara a necessidade de se demonstrar que os estados ditatoriais brasileiros não foram e não podem ser lembrados por diferenças pontuais. Há grandes semelhanças entre os dois momentos, e isso exige mais uma demarcação desses traços em comum, como por exemplo, a retirada das liberdades das escolhas do dirigente maior da nação, a perseguição e tortura dos opositores ideológicos etc.

Entretanto, neste capítulo se faz necessário o levantamento dos pontos comuns nesses movimentos ditatoriais. E o mais marcante deles e o mais relevante para o trabalho aqui exposto é a completa desestruturação de uma educação emancipadora, de uma educação que realmente revolucionasse a vida daqueles que passassem por suas diversas etapas, é interessante nesse ponto destacar que essa desejada revolução via educação está centrada no sentido freiriano de educação. Isso significa, como desejava Paulo Freire, de que um indivíduo que passasse pela educação deveria não só aprender a ler e escrever, mas também a compreender o mundo que o cercava, desde suas estruturas mais simples aos mais complexos de seus pontos e lutando sempre contra toda uma estrutura já montada a favor das classes dominantes. Como ainda aponta Moacir Gadotti²² em seu trabalho, a partir do pensamento de Freire, a alfabetização seria um passo dado pelas massas no sentido da subversão, assim pensa e defende a elite e por isso a mesma não teria receio de aderir a quaisquer planos repressores ou autoritários.

O levantamento aqui defendido é sobre os guias escolhidos pelas orientações teóricas que cada movimento ditatorial fez em seu período, ou seja, a opção teórica que passou a nortear ambos os projetos educacionais e que foi útil a esse processo excludente de educação.

²² GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. São Paulo: Ática, 2004.

Faz-se necessário ai a indicação de que ambos os arcabouços ideológicos de cada um dos momentos provém de um pensamento maior, o pensamento da pedagogia liberal como apresenta José Carlos Libâneo²³ em seu trabalho. De acordo com esse autor o termo “liberal” ao contrário do que se tornou comum de interpretação não significaria algo realmente avançado ou democrático, mas como uma justificação da ideologia capitalista em seus mais diversificados momentos sendo útil a propagação da assim chamada sociedade de classes, a sociedade que tem por característica a valorização da propriedade privada dos meios de produção. Ele expõe que a pedagogia liberal sustenta que a função escolar de promover a preparação dos indivíduos para a sociedade pressupõe a valorização de valores e normas o que acaba por esconder as diferenças de classes. A partir das idéias desse autor a explanação de cada um dos dois momentos ditatoriais brasileiros é mais importante e mais enriquecedora se feita em separado, ou seja, cada um dos governos em seu dado momento.

Como defendido nas páginas anteriores desse trabalho, a educação no Estado Novo em comparação com o abandono dos períodos anteriores da educação nacional passou por uma transformação quase que por completo, mas isso não retira deste período os pontos negativos que lhe são inerentes. Ainda assim Vargas, através de seus ministros, quando montava seu projeto de educação nacional, fez escolhas que acabaram culminando na destruição de qualquer ideal maior e muito mais transformador de educação. Relembrando o Manifesto dos pioneiros da Educação Nova fica claro a via pela qual o Estado Novo adentrou sem maiores dificuldades ou temores por parte de seus pensadores, Vargas criava ali uma etapa de preparação para as mentes da nova geração e rechaçava qualquer outro modelo que pudesse mais tarde criar homens que viessem a lhe questionar ou questionar o seu modelo de sociedade.

²³ LIBÂNEO, José Carlos. *Tendências pedagógicas na prática escolar*. IN ____ José Carlos libâneo. **A democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social**. São Paulo: Loyola, 1986.

Como bem expõe o autor Marcus Vinícius da Cunha²⁴ em seu trabalho *John Dewey e o pensamento educacional brasileiro: a centralidade da noção de movimento*, no contexto da transformação que nosso país passou a partir dos anos trinta do século XX, na qual uma revolução urbana, econômica e social, exigia novos modelos sociais e como a educação que era defendida pelos pensadores da Escola Nova ia completamente ao encontro dessa tendência “revolucionário”. Vale destacar que ele levanta nesse trabalho que o centro do pensamento de Dewey está na idéia da transformação constante das sociedades, ou seja, as frequentes mudanças às levariam ao seu desenvolvimento e através de uma dedução não muito óbvia em um momento como aquele onde Vargas buscava se estabelecer, e fortalecer ao mesmo tempo seu poder e seu modelo de nação, uma educação tão transformadora como essa era completamente interessante, Getúlio logo percebeu que esse ideal teórico não lhe era tão desfavorável. Ainda por cima o pensamento da Escola Nova era um ideal teórico que também defendia o modelo social da burguesia, outro grupo ao qual era interessante a Vargas cooptar para seu universo de apoio.

Pode parecer incoerente afirmar que a opção por uma educação apontada como revolucionária em um momento ditatorial ocorreu, mas o mesmo Marcus Vinícius deixa claro no desenvolver do seu trabalho que o pensamento de John Dewey envolvia o momento transformador dentro de uma sociedade onde o capitalismo era o modelo sem adversários.

No caso de Dewey era o próprio centro do mundo capitalista, assim o seu plano estava inserido em um contexto e deste foi abstraído pelos intelectuais de outras partes do mundo, como o Brasil dos anos 30. Para deixar mais evidente que a Escola Nova não era um projeto de oposição ao momento brasileiro daquele período é útil o trabalho de outro autor, Marcos

²⁴ CUNHA, Marcus Vinícius da. **John Dewey e o pensamento educacional brasileiro: a centralidade da noção de movimento**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, número 17, p. 86-99, maio/ago. 2001.

Marques de Oliveira²⁵ expõe no artigo *As origens da educação no Brasil: da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino* que a Escola Nova tida como revolucionária era na verdade um projeto mais voltado para as elites do que realmente as classes baixas, isso fica evidente quando ele cita o autor Garcia sobre a construção do modelo escolanovista de cooptação das massas por uma educação que na verdade possuía apenas o intuito perpetuação social, Marcos então conclui seu pensamento a partir da idéia de Garcia que:

Sobrevivia, desta forma, uma concepção elitista com a renovada defesa da necessária formação de “líderes condutores”, a mesma prioridade dos jesuítas no início do processo de desenvolvimento da estrutura educacional brasileira.

Assim, fora a igreja Católica, que se opunha ao ensino laico e ao monopólio estatal (em descarte no próprio Manifesto), nem mesmo a fase mais autoritária do período varguista, durante o Estado Novo que se inicia em 1937, deixou de incorporar o ideário e a retórica escola-novista. (OLIVEIRA, 2004, p. 952)

A partir da reflexão de Marcos Oliveira podemos deduzir que a opção de Vargas pela Escola Nova não se torna algo tão fora da realidade, claro que o combate por parte do governante aos elementos pertencentes a esta teoria que mais tarde pudesse trazer ao seu governo questionamentos. Mesmo assim sua escolha por alguns dos traços desse modelo educacional era viável sem alterar os fins visados pelo ditador. Um exemplo dessa rearrumação praticada por Getúlio Vargas e que fica evidente também na passagem é no tocante ao ensino religioso, Vargas permitiu o retorno do ensino religioso nas escola o que como levanta Oliveira era ponto de oposição dos pensadores da Escola Nova. Essa reintrodução do ensino religioso esta posta no artigo 133 da constituição do Estado Novo da seguinte forma: Art. 133 – *“O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria do*

²⁵ OLIVEIRA, Marcos Marques de. **As origens da educação no Brasil: da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino.** Revista ensaio. Rio de Janeiro, volume 12, número 45. p. 945-958, out/dez 2004.

curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos.” (Grifo meu)

Não está defendido neste trabalho que a opção da Escola Nova era algo totalmente transformador quanto se pintou, e ainda se pinta nos cursos universitários, como deixa claro o autor Marcus Vinícius da Cunha anteriormente citado nesse capítulo o modelo escolanovista tinha por traz de seu arcabouço ideológico uma prática excludente às massas e reforçador de todos os pontos de controle da elite. Voltando a utilizar o trabalho de Libâneo é só verificar a definição do mesmo para a assim chamada tendência liberal renovada, uma vertente da educação liberal que ocorre quando da necessidade de rearrumação da burguesia e teve como objetivo modernizar o projeto desta sobre a educação colocando o aluno no centro das transformações e permitindo sua interação com o mundo fora da escola.

Aqui neste ponto é interessantíssimo também resgatar o pensador Dermeval Saviani²⁶ já citado no capítulo dois do presente trabalho. Ele deixa bem claro em seu livro que todos esses apontamentos feitos pelos pensadores sobre a assim chamada Escola Nova como um modelo educacional realmente desenvolvidor do ser humano e que em contradição ao sistema tradicional, arcaico e ultrapassado na visão dos mesmos, se encaixa nos discursos de uma elite burguesas que ao ver os seus projetos de sociedade já estabelecidos não mais desejavam desdobramentos de valores que não lhes eram interessantes.

O que Saviani nos apresenta e de forma magistral é que o modelo tradicional que também havia sido pensado pela burguesia, de um outro momento e em uma outra conjuntura, esse sim era desenvolvidor, pois foi um modelo que possibilitou a real transformação da realidade daquele momento. Esse período que como o autor apresenta se caracteriza nos finais do conhecido Antigo Regime onde era interessante para a Burguesia do período estabelecer

²⁶ SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 35 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. p. 35-57.

um novo padrão social defendendo a formulação de modelos escolares até então inexistentes. Já o modelo renovador da escola era uma idealização da nova burguesia dos fins do século XIX que com um discurso afiado de transformação social, na verdade almejava um panorama de seleção natural dos melhores condicionados, o deve ser interpretado como os filhos das próprias elites burguesas e excluindo conseqüentemente os filhos das parcelas proletárias. Nesse trabalho, de acordo com Saviani, essas elites passaram a defender o atraso da escola surgida do rescaldo das transformações resultantes da queda do Antigo Regime em contraposição a novidade da Escola do século XIX.

Tudo o que Saviani expõe pode ser visto de forma direta e sem necessidade de maiores explicações no trecho de seu trabalho:

Aplicando o mesmo raciocínio à situação educacional, cabe observar que as críticas da Escola Nova atingiram o método tradicional não em si mesmo, mas em sua aplicação mecânica cristalizada na rotina burocrática do funcionamento das escolas. A procedência das críticas decorre do fato de que uma teoria, um método, uma proposta devem ser avaliados não em si mesmos, mas nas conseqüências que produziram historicamente. Essa regra, porém, deve ser aplicada também à própria Escola Nova. Nesse sentido, cumpre constatar que as críticas, ainda que procedentes, tiveram, como assinalamos no texto anterior, o efeito de aprimorar a educação das elites e esvaziar ainda mais a educação das massas. Isto porque, realizando-se em algumas poucas escolas, exatamente naquelas freqüentadas pelas elites, a proposta escolanovista contribuiu para o aprimoramento do nível educacional da classe dominante. Entretanto, ao estender sua influência em termos de ideário pedagógico às escolas da rede oficial, que continuaram funcionando de acordo com as condições tradicionais, a Escola Nova contribuiu, pelo afrouxamento da disciplina e pela secundarização da transmissão de conhecimentos, para desorganizar o ensino nas referidas escolas. Daí, entre outros fatores, o rebaixamento do nível da educação às camadas populares. (SAVIANI, 2002, p. 67)

O que fica bem claro a partir do trabalho de Saviani é que a opção pelos ideais da pedagogia da Escola Nova em um momento como o de Getúlio Vargas e seu Estado Novo não parece mais algo tão oposto, muito pelo contrário como já muito debatido na historiografia a educação do projeto brasileiro de 1937 em diante tinha exatamente esse

caráter elitista, quando se dava a chance de um desenvolvimento melhor às elites e se reduzia as chances das camadas mais pobres. Alguns elementos na própria constituição do Estado Novo que deixam isso de forma bem clara são os artigos 125 e 129:

Art. 125 – A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular.

Art. 129 – A infância e a juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado as classes menos favorecidas é em matéria de educação dever do estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhe serem concedidos pelo poder público.

Não devem ser deixados de lado os fatos das perseguições varguistas a alguns dos elementos que mais defendiam a Escola Nova, a exemplo do educador Anísio Teixeira como bem expõe a autora Clarice Nunes²⁷ em seu excelente trabalho. Entretanto as perseguições de defensores desse modelo educacional não apagam que a educação brasileira no Estado Novo esteve completamente entrelaçada com o modelo ideológico escolanovista e podem ser interpretadas essas perseguições como uma das partes da política ambígua que Vargas proporcionou ao país nos vários anos que esteve à frente do mesmo, como já expuseram diversos autores.

²⁷ NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira: a poesia da ação**. Revista Brasileira de educação. Rio de Janeiro, número 16, p. 05-18, jan/fev/mar/abr. 2001.

No campo educacional isso não seria e nunca foi diferente, o projeto que se iniciou em 1930 teve suas linhas mais bem tracejadas no ano de 1937 quando como expõe o autor Geraldo Francisco Filho²⁸ o sistema dual da escola do Estado Novo estava de um lado preparando as elites para o ensino universitário e do outro preparando as classes mais pobres para ser à força de trabalho (Francisco Filho, 2001). É como esse mesmo autor expõe em outra passagem de seu trabalho as classes desfavorecidas desse país sempre foram relegadas no plano educacional e no Estado Novo não foi diferente, apesar de muitos dos defensores do mesmo tentarem colocá-lo como um projeto reformador de toda a sociedade brasileira o que se viu na verdade foi mais um trabalho educacional feito propositalmente para a perpetuação de antigos projetos de nossa sociedade.

Ainda vale destacar que como está presente no trabalho do autor Antonio Ney²⁹ a ideologia da Escola Nova não possuía uma vertente única, pelo contrário esse autor ao citar um outro trabalho apresenta pelo menos três vertentes dessa ideologia que só de serem vislumbradas já expõem uma característica muito interessante, onde um mesmo pensamento possuía uma vertente liberal elitista, outra liberal igualitária e mais uma socialista. Com esse novo dado então à conclusão a que se chega é a de que o Estado Novo adentrou pela primeira via sem questionamentos e em consequência disso ainda teria combatido as outras vertentes, devemos ai relembrar os trabalhos de Clarice Nunes e Marcus Vinícius da Cunha. Através do primeiro concluímos que o educador Anísio Teixeira foi perseguido e combatido na ditadura de Vargas já que pertencia a uma vertente da Escola Nova que era desinteressante ao modelo social defendido dentro do Estado Novo, também exposto por Antonio Ney como liberal igualitário. E por meio do segundo quando o autor expõe que uma vertente da Escola Nova na

²⁸ FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A Educação brasileira no contexto histórico**. Campinas, SP. Editora Alínea, 2001.

²⁹ NEY, Antonio. **Política educacional: organização e estrutura da educação brasileira**. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2008.

qual a adequação do modelo social para com o elemento econômico era fundamental e através dessa idéia a educação era atrelada ao desenvolvimentismo econômico da sociedade.

Nessa mesma linha excludente nos depararíamos mais tarde com o ensino tecnicista dos militares a partir do golpe de 1964. Como bem explorado pela historiografia da educação em nosso país esse sim desde o primeiro momento pôs suas cartas na mesa e deixou clara quais eram suas intenções na construção da educação tecnicista, era na prática o trabalho final dos grupos dominantes no sentido do expurgo de tudo aquilo que fosse contra seu novo projeto nacional, como afirma Moacyr de Góes “Os intelectuais comprometidos com a revolução, com o reformismo, ou mesmo com o liberalismo já não serviam, não eram confiáveis.” (CUNHA e GÓES, 1994).³⁰

Apesar de um belo e bem preparado discurso na constituição de 1967 e que sofreria alterações em 1969 através do Ato Institucional nº6 ficou evidente no desenrolar dos fatos quais eram as escolhas feitas pelos militares desde o dia 31 de março de 1964. Está claro na declaração de direitos da referida Constituição como, por exemplo:

Título IV

Da família, da educação e da cultura

Art. 168 - A educação é direito de todos e será dada no lar, na escola; assegurada à igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio de unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana.

Vale aqui mais uma vez destacar como guia o trabalho de Libâneo, agora sobre a tendência tecnicista e como este a define um projeto de adequação da educação ao desenvolvimento econômico da sociedade.

³⁰ CUNHA, Luiz Antônio & GÓES, Moacyr de. **O Golpe na educação**. 8ª ed. RJ: Jorge Zahar Editor, 1994. p. 32.

Mas fica uma dúvida no ar: qual igualdade pregava os militares? Como anteriormente defendido nesse trabalho os movimentos educacionais que realmente revolucionariam o conjunto social brasileiro foram todos combatido pelos mesmos militares algumas horas após sua vitória. A própria deposição do governo Goulart ia contra esse ideal igualitário, pois como expõe o autor Manoel Nelito Nascimento³¹ a atuação dos militares na deposição do presidente se deu no contexto em que o mesmo tentava reordenar as estruturas nacionais a partir de uma reorientação da economia.

A opção pela via tecnicista dos militares perpassou então pela desmobilização de todos os meios que a educação pudesse proporcionar no futuro para as gerações que lhe adentrasse, isso não só no sentido do próprio desenvolvimento do conhecimento, mas também na capacidade de leitura do mundo ao qual se estava inserido. Apegando-me nesse momento aos elementos levantados pelo autor Paulo Ghiradelli Junior³² da desmobilização causada pelos militares ao ensino público nacional em todos os sentidos imagináveis, ele reforça em seu trabalho que os grupos que passaram a dominar a política nacional após 64 tinham uma óptica torta e completamente oposta ao real entendimento do que é educação.

Um exemplo bem transparente disso que o autor cita foi à perseguição aos movimentos estudantis, vistos pelos militares como uma das maiores oposições a serem combatidas naquele momento, ele citando o ministro Roberto Campos apresenta que:

O ministro Campos acreditava que o engajamento político dos estudantes dos anos de 1960 era em razão de estudarem em cursos que os deixavam livres demais – e ele insistiu nisso durante anos, mesmo que o movimento estudantil estivesse se dando no mundo todo, sob regimes escolares os mais diferentes possíveis. (GHIRADELLI Jr., 2003, pgs. 127-128)

³¹ NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus. **Educação e Nacional-Desenvolvimentismo no Brasil**. Campinas - SP: Graf. FE - UNICAMP, 2006

³² GHIRADELLI Jr., Paulo. **Filosofia e história da educação brasileira**. Barueri, SP: Manole, 2003.

Os militares do Regime de 64 dessa forma se propuseram a construção de uma nação em consonância com o capitalismo internacional e como esse projeto, que se iniciara desde a época democrática anterior ao golpe, com este só veio a se fortalecer, levando a nação brasileira por um caminho que estivesse em conformidade com o projeto de desenvolvimento nacional. É como apresenta Antonio Ney *“A política educacional foi atrelada à política do desenvolvimento”*. (NEY, 2008) Ele expõe em seu trabalho que a desmobilização de todos aqueles projetos educacionais emancipadores, como foram anteriormente citados no capítulo dois, e o fechamento dos acordos com os grupos internacionais ligaram diretamente a educação nacional ao projeto de construção de uma sociedade voltada para a consonância com o capitalismo internacional. Era o que podemos interpretar como sendo a real consolidação da sociedade na qual o capitalismo monopolista de centro industrial passava a figurar por todo o mundo e se sentia a necessidade por parte das elites de adequação da educação para preparar a mão de obra exigida, novamente ressaltando que aos filhos das elites ficava preparado um outro tipo de educação onde a preparação para o ensino superior era a real preocupação.

Esse panorama da educação brasileira no referido período se caracteriza então como um marco para o aprimoramento das desigualdades sociais, haja vista que o modelo educacional herdado da constituição de 1946 não é melhorado, pelo contrário, preferiu-se naquele momento na desarticulação do governo para com os diversos projetos educacionais que tinham realmente o intuito de revolucionar as vidas daqueles por elas atingidos. A opção dos militares fica clara quando da leitura do trabalho de Luiz Antônio Cunha e Moacyr de Góes³³, na segunda parte do livro, Cunha apresenta que os militares fizeram suprimir na carta de 1967 a obrigação dos gastos com a educação, nesse plano ele conclui:

³³ CUNHA, Luiz Antônio & GÓES, Moacyr de. **O Golpe na educação**. 8ª ed. RJ: Jorge Zahar Editor, 1994. p. 51

A vitória da conspiração golpista, em 1964, acionou toda uma série de providências, no governo federal, destinadas a provar que não havia falta de verbas para a educação. O problema é que se gastava mal...

Da constituição de 1967, que o regime autoritário fez o congresso aprovar, foi retirada a vinculação automática de verbas para ensino, no plano da União: podia-se gastar 10%, como 15%, como 5%. Assim, a participação do MEC no orçamento da União, que oscilou entre 8,5% e 10,6%, no período 1960-1965, desabou para metade desses níveis nos anos 70, chegando a 4,3% em 1975. (CUNHA & GOES, 1994, pgs. 51-52)

Os putschistas de 1964 escolheram a estruturação de uma via profissionalizante para levar adiante os seus ideais de sociedade capitalista, nesse caso como também apresenta Cunha eles promoveram a extensão das redes oficiais profissionalizantes e ainda por cima converteram muitos dos colégios do então chamado 2º ciclo do 2º grau em ensino profissionalizante. Mas, o que ele ainda expõe aos seus leitores é que essa planificação da educação por parte dos tecnocratas militares com total apoio da USAID teve três pontos negativos que não podem ser deixados de lado, pois têm grande importância na compreensão da educacional nacional naquele período: primeiro o dito ensino profissionalizante era na verdade arcaico já que visava ensinar aos alunos apenas etapas de uma profissão de nível artesanal fadada ao desaparecimento, segundo as escolas voltadas para as elites sequer disfarçaram seus projetos “anti-profissionalizante”, o que Cunha expõe como a indicação de que todo seu corpo discente tinha capacidade para aprofundamento dos estudos gerais, porta de entrada ao ensino superior e terceiro o objetivo visado era diminuir as procuras das vagas no ensino superior pelas camadas mais populares, já que os militares viam crescer as demandas sociais para esse tipo de ramo educacional, mas ao mesmo tempo eles eram contra uma expansão dessa facilidade, pois poderia resultar na explosão de uma camada que se frustraria ao não conseguir os ganhos almejados e poderia vir a contestar o Regime.

Vale lembrar que além do combate à entrada dos estudantes nas universidades o que vimos durante a ditadura dos militares a partir de 64 foi cerceamento de toda uma possibilidade de desenvolvimento das universidades brasileiras. A universidade tecnicista

passou a valer para os militares pela sua desmobilização de todos os elementos de oposição, desde os estudantes e seus setores de representação, passando pela própria estrutura física das universidades que foi ceifada com as perseguições aos docentes e programas tidos como “subversivos”, mesmo que não os fosse, e chegando até o modelo de uma universidade que teve retirada de seu centro a característica mais desenvolvedora que era a inserção do aluno na realidade que o cercava, transmitindo ao mesmo poder perceber, interpretar e discutir a mesma. É como apresentam os autores Júlio César Nitsch e Cláudio Marchand Krüger³⁴ em seu trabalho, *A universidade tecnicista*, eles expõem que a função da universidade desde que esta entidade foi pensada era influenciar e ser influenciada pela sociedade na qual está inserida, mas com as transformações do pós-Segunda guerra o que se viu foi essa característica sendo perdida.

Os autores então apontam que essa transformação foi negativa para os cursos, pois não mais permite aos alunos uma formação completa e para a qual a universidade havia sido planejada. Essa negatividade do desenvolvimento das universidades está presente no trecho:

Modificam-se então os currículos dos cursos para que se adaptem as exigências do mercado, impondo-lhes características aquém do espírito universitário. As aulas se modificam e retratam padrões de conduta profissional que o aluno deverá seguir ao deixar a universidade... Compreender a cultura do seu tempo, estar apto a discutir os problemas políticos e sociais torna-se secundário. (NITSCH & KRÜGER, 2005, p. 139)

Novamente utilizando o trabalho de Paulo Ghiradeli Júnior o autor nos dá um panorama da educação após a reforma de 1968 promovida pelos militares onde a departamentalização, a matrícula por disciplinas e o regime de crédito retirou da universidade sua característica central que era formar pensadores, como desdobramento então pode ser visto:

³⁴ NITSCH, Júlio César & KRÜGER, Cláudio Marchand. **A universidade tecnicista**. Revista da Vinci. Curitiba, PR. Volume 2, número 1. p. 133-142, 2005.

Os princípios de taylorização, presentes nas teorias de administração de empresas aninhadas nas cabeças dos teóricos da AID e de brasileiros responsáveis pela reforma universitária, sustentaram a introdução da sistemática do parcelamento do trabalho na universidade. A “racionalidade, eficiência e produtividade”, desejadas em qualquer empresa – em função do que se introduziu no parcelamento do trabalho em consonância com o taylorismo ou variantes –, foram exigidas da universidade, desconsiderando-se as especificidades da educação e das atividades de ensino e pesquisa em geral. A consequência disso foi a inevitável fragmentação do trabalho escolar, o isolamento dos pesquisadores e, ainda, a dispersão dos alunos pelo sistema de créditos provocando a despolitização e a impossibilidade de organização estudantil a partir do núcleo básico que era a “turma”. (GHIRADELI Jr., 2003, p. 136)

A partir da definição exposta no trabalho de Nitsch e Krüger e tendo como ponto de apoio novamente o trabalho do autor Paulo Ghiradelli Júnior pode ser deduzido que o papel do Regime Militar iniciado em 1964 no Brasil teve explicitamente como parte de seu projeto educacional a desarticulação de toda uma promissora rede de educação herdada do momento anterior, identificada como Quarta república pelo próprio Ghiradelli Júnior. Nesse intuito a opção pela educação tecnicista atingiu de vez os projetos educacionais mais emancipacionistas e teve como consequência o reforço de toda uma estrutura excludente dentro da educação, relegando mais uma vez as camadas mais populares e menos abastadas do país à sua própria sorte.

Conclui-se que a partir do que ficou explanado dentro desse terceiro capítulo que apesar de uma real diferença de arcabouços teóricos dentro dos Regimes ditatoriais do Brasil pontos de semelhança podem ser encontrados sem maiores dificuldades. Fosse a Escola Nova em voga nas primeiras décadas do século XX ou o tecnicismo que se sobrepunha aos outros modelos educacionais na segunda metade do mesmo, nenhum dos dois Estados ditatoriais optou por uma via de educação que realmente trouxesse a todas as camadas sociais o mesmo nível de desenvolvimento. Muito pelo contrário a luta que se podia ser percebida era a de preservar, ou ampliar ainda mais, os abismos existentes entre os grupos mais ricos e os mais pobres.

É como afirma Acácia Kuenzer³⁵, ela aponta em seu trabalho ao tratar dos modelos organizacionais do trabalho dos fins do século XX o seu completo diálogo com a educação. No desenvolver do seu pensamento cita Gramsci para explicar que, guardando as devidas proporções do modelo social vigente, a base momentânea pela qual o modo de produção material se estrutura influencia diretamente o processo de capacitação do trabalhador. Isso significa que para cada sociedade o método educacional de preparação do futuro trabalhador deve ser interligado com o método de produção daquele período, e aí vale a ressalva sobre a palavra trabalhador, pois como ela também aponta o reforçamento também perpassa pela diferenciação dos dois grupos, um que pensa a tarefa e outro que realmente a executa, sendo é claro de dedução óbvia que a primeira parcela é mais valorizada do que a segunda.

Trazendo esse pensamento de Kuenzer para o que foi expresso no atual capítulo o entendimento dos aparelhos educacionais do Estado Novo e do Regime Militar de 64 podem ter uma compreensão mais facilitada, mesmo sendo o trabalho da referida autora sobre um momento histórico mais recente na História sua utilidade não fica restrita apenas a esse único momento, pelo contrário encaixa-se rapidamente na compreensão da educação nos regimes ditatoriais dos Brasil, onde a exclusão do trabalhador das camadas mais baixas ocorre exatamente através daquela ferramenta que tem em seu projeto inicial acabar com as diferenças entre os homens.

O elemento sensível nesse levantamento de pontos em comum dos projetos educacionais defendido no início desse capítulo é simplesmente o fato de que os dois governos ditatoriais do Brasil no século XX se utilizaram da educação para reforçar as diferenças entre os grupos sociais nacionais sem maiores ressentimentos. E que apesar dos defensores do Estado Novo tentarem colocá-lo em um outro patamar e diferenciá-lo do Regime Militar iniciado em 64,

³⁵ KUENZER, Acácia Zeneida. *Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho*. In: Dermeval Saviani; José L. Sanfelice; José C. Lombardi. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

seria difícil encontrar quem defenda o Regime de 64 em qualquer aspecto, nenhum dos dois governos realmente cumpriu a função inerente a educação, pelo contrário buscou de todas as formas possíveis adequá-la ao seu projeto social favorecendo sempre aos mais poderosos e abandonando os mais pobres a sua própria sorte.

Essa característica, de desmobilização crítica através de uma educação incompleta, que foi aqui apresentada então possibilita a percepção de que estes dois movimentos ditatoriais do século XX brasileiro possuíram mais semelhanças do que de início se pode perceber ou prever. E mesmo que dentro de ambos ainda possam ter ocorrido alguns ganhos reais para os brasileiros, alguns acertos não justificam quaisquer erros ou reformulando a célebre frase de Maquiavel “Os fins não justificariam de forma alguma os meios!”.

Considerações finais

A partir de tudo aquilo que foi apresentado nas páginas anteriores fica bem claro que a educação nacional estava sendo construída dentro de um quadro caótico desde o nosso período colonial, e que nem mesmo com o advento do império ou mais tarde com a instauração da República, marcada por conseqüentemente por suas diversas etapas, essa situação foi alterada. Todo o plano educacional nacional cada vez mais foi se tornando um destruidor daquilo que realmente estaria por trás de um projeto de educação e a cada novo influxo governamental nesse campo de importante valor o desgaste e o descomprometimento se tornavam reais.

Ao serem colocados lado a lado os dois movimentos ditatoriais da República brasileira durante o século XX o que pode ser realmente constatado em se tratando de educação é a equivalência de ambos em pontos específicos. Essas semelhanças podem ser mais visíveis em alguns marcos como, por exemplo, a exclusão das camadas mais pobres da população de uma escola que lhes possibilitasse um desenvolvimento político e ideológico e não somente econômico como os dois pretensiosamente se colocavam; a busca pela desestruturação de uma educação que desse aos seus participantes ferramentas transformadoras da realidade e não somente a prática da aceitação dos interesses e projetos já estabelecidos pelos grupos dominantes; e por fim a exclusão das possíveis lideranças que no campo educacional pudessem trazer mais problemas aos novos governantes supremos da nação, fossem eles educadores da Escola Nova em 37, a exemplo de Anísio Teixeira, ou dos movimentos de educação e cultura popular ocorridos no início da década de 60, dentre outros Paulo Freire.

Merecem ainda ser destacados os ganhos que nos dois períodos históricos do Brasil moderno que aqui estão sendo estudados ocorreram. Dentro desse contexto o Estado Novo de Vargas realizou muitas benfeitorias na área da educação nacional já que encontrou um

panorama mais desastroso com anos de quase total abandono, suas atuações pontuais foram em muitos casos os primeiros passos dentro da instituição da educação no país. Vargas teve dessa forma que estabelecer muitas das bases que posteriormente foram utilizadas pelos seus sucessores fossem eles diretos ou indiretos. Já dentro do período do Regime Militar de 64 o destaque ao desenvolvimento da rede de ensino superior também deve ser valorizado, pois como é de fácil conhecimento esse grau de ensino em nosso país já começou em demasiado atraso não só em relação a outras áreas do mundo como trazendo para uma realidade mais próxima à grande parte de seus vizinhos sul-americanos.

Mesmo com esses ganhos pontuais nenhum dos dois movimentos pode ter os seus erros esquecidos ou diminuídos, pelo contrário o ponto defendido nesse trabalho é que os mesmos são mais relevantes do que os possíveis acertos. Afinal de contas as verdadeiras intenções desses avanços pontuais nos dois períodos ditatoriais de nossa nação estavam em tentativas de repressão social das camadas mais pobres, ou seja, estes ganhos eram partes de projetos muito maiores onde uma pretensa tentativa de elevação social por meio de uma estrutura afunilada seria o ideal o que por fim desfiava o foco da possibilidade de desenvolvimento de todos por outra via, a da reestruturação total da sociedade.

As dúvidas levantadas nesse trabalho perpassam pelos sentimentos de desesperança quanto a grandes mudanças nessa área há tanto necessitada de nossa sociedade, esse sentimento negativo está cada vez mais forte em nosso país já que a cada dia o que se vê é uma classe política sem projetos realmente desenvolvimentistas, ao menos para o povo simples desse país. A falta de seriedade da maior parte das autoridades da nação só agrava o descontentamento gerado em todos e o jogo político se tornando, a cada nova corrida eleitoral, em disputas por maior influência e poder, só elevam o estado de miséria e abandono dos verdadeiros brasileiros, aqueles que apesar de todas as dificuldades encaram o dia a dia sem desejar nada que não lhes pertença por direito.

Referências

BANDEIRA, L. A. Moniz. ***O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional!*** Caio Navarro de Toledo (org.). **1964: Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CUNHA, Luiz Antônio & GÓES, Moacyr de. **O Golpe na educação**. 8ª ed. RJ: Jorge Zahar Editor, 1994.

CUNHA, Marcus Vinicius da. **John Dewey e o pensamento educacional brasileiro: a centralidade da noção de movimento**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, número 17, p. 86-99, maio/ago. 2001.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A Educação brasileira no contexto histórico**. Campinas, SP. Editora Alínea, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. São Paulo: Ática, 2004.

GILES, Thomas Ranson. ***Quadros da História do processo educativo no Brasil!*** IN: ____ **História da Educação**. São Paulo: EPU, 1987.

GHIRADELLI Jr., Paulo. **Filosofia e história da educação brasileira**. Barueri, SP: Manole, 2003.

KUENZER, Acacia Zeneida. ***Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho***. IN: ____

Dermeval Saviani; José L. Sanfelice; José C. Lombardi. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

LIBÂNEO, José Carlos. *Tendências pedagógicas na prática escolar*. IN: ____ José Carlos libâneo. **A democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social**. São Paulo: Loyola, 1986.

LOPEZ, Luiz Roberto. **Uma História do Brasil: República**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida: cultura democrática e científica do final do império**. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (EduR), 2007.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização*. IN: ____ LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Elseiver, 1990.

MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil: a penetração da cultura americana**. 8ª ed. SP: Editora Brasiliense, 1993.

NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus. **Educação e Nacional-Desenvolvimentismo no Brasil**. Campinas - SP: Graf. FE - UNICAMP, 2006.

NEY, Antonio. **Política educacional: organização e estrutura da educação brasileira**. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2008.

NITSCH, Júlio César & KRÜGER, Cláudio Marchand. **A universidade tecnicista**. Revista da Vinci. Curitiba, PR. Volume 2, número 1. p. 133-142, 2005.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira: a poesia da ação**. Revista Brasileira de educação. Rio de Janeiro, número 16, p. 05-18, jan/fev/mar/abr. 2001.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. **As origens da educação no Brasil: da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino.** Revista ensaio. Rio de Janeiro, volume 12, número 45. p. 945-958, out/dez 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil: colônia e império.** 21ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RÉMOND, René. **O século XX: de 1914 aos nossos dias.** São Paulo: Cultrix, 2007.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar.** 16ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

RIDENTI, Marcelo. *Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança* IN: ____ **O Brasil republicano IV – o tempo da ditadura.** Jorge Francisco e Lucélia Delgado (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política.** 35 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

SCHWARTZMAN, Simon. **Os desafios da educação no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova, 2005.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984* IN: ____ **História Geral do Brasil.** Maria Yedda Linhares (org.). 9ª ed. Rio de Janeiro: Elseiver, 1990.

SILVA, Ítalo Batista da & SILVA, Ed Francklin da. **Aspectos históricos dos planos nacionais de educação do Brasil: da década de 30 à de 80.** Holos, Ano 22, maio 2006.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas à Castelo Branco, 1930-1964.** Trad. Ismênia Tunes Dantas. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964 – 1985.** 8ª ed. RJ: Paz e Terra, 2004.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980**. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília, DF: Editora Plano, 2004.

Referências Eletrônicas

Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937) disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm no dia 15 de fevereiro de 2009

Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm no dia 15 de fevereiro de 2009